

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO
PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM
5 (CINCO) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL
ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
DISTRIBUIÇÃO, DA CEOS ADMINISTRADORA DE BENS S.A.**

celebrado entre

CEOS ADMINISTRADORA DE BENS S.A.,
na qualidade de Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
na qualidade de Agente Fiduciário

e

**GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e
GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL,**
na qualidade de Intervenientes

1

Datado de
30 de maio de 2016

2

Handwritten signatures and stamps are present in the bottom right corner, including a circular stamp with the text "ST. PAULO" and "J. C. P. S."

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 5 (CINCO) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CEOS ADMINISTRADORA DE BENS S.A.

São partes ("Partes") neste "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 (cinco) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CEOS Administradora de Bens S.A." ("Escritura de Emissão");

- I. como emissora e ofertante das Debêntures (conforme abaixo definido) objeto desta Escritura de Emissão ("Emissora" ou "Newco");

CEOS ADMINISTRADORA DE BENS S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjunto 192, sala 34, Vila Olímpia, CEP 04.547-005, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 23.698.040/0001-54, neste ato representada na forma do seu estatuto social;

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como intervenientes e devedoras fiduciantes nesta Escritura de Emissão ("Intervenientes" ou "Recuperandas");

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjunto 192, sala 23, Vila Olímpia, CEP 04.547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.284.210/0001-75, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("GALPAR"); e

2

1

2

AM

HL



GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjuntos 21 e 22, Vila Olímpia, CEP 04.547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.340.937/0001-79, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“GESA”),

CONSIDERANDO QUE,

- (A) em 28 de agosto de 2015, por ocasião da assembleia geral de credores da GESA e da GALPAR foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial Conjunto das Recuperandas (“PRJ”), tendo tal plano sido homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro (processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), por meio de decisão proferida em 14 de setembro de 2015 e publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 22 de setembro de 2015;
- (B) o objetivo do PRJ é permitir às Recuperandas superar sua crise econômico-financeira e atender aos interesses e preservar os direitos dos seus credores, estabelecendo a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos, de forma a viabilizar a manutenção das atividades por elas desenvolvidas;
- (C) em 22 de outubro de 2015, a Emissora foi constituída, conforme aprovado na Assembleia Geral de Constituição da Emissora, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 3530048487-8;
- (D) no âmbito do PRJ e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária da GESA realizada em 30 de novembro de 2015, foi aprovada a cisão parcial da GESA com incorporação da parcela patrimonial cindida representada pelos Créditos RNEST, Créditos TAIC, Créditos Angra, Créditos RLAM e Créditos UFN III pela Emissora, sendo esta ata devidamente arquivada na JUCESP sob o nº 91.603/16-0; e
- (E) nos termos do PRJ, a Emissora deseja realizar distribuição pública com esforços restritos de distribuição para emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 5 (cinco) séries, da espécie quirografária, com garantia real adicional, e os credores das Recuperandas, por si ou por meio de fundos de investimento, respeitadas as disposições da Instrução CVM 476, desejam subscrever e integralizar as Debêntures com os créditos de sua titularidade descritos no quadro geral de credores do processo de recuperação judicial das Recuperandas (“RJ”),

2

3-

766

RESOLVEM, em regular forma de direito, celebrar esta Escritura de Emissão em observância aos seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1 Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se “Dia Útil” qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

1.2 Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se:

“CAB Ambiental”: é a Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental, sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM sob o nº 23175, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.159.965/0001-33, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 1º andar, conjunto 12, Vila Olímpia, CEP 04.547-005. Todas as referências da presente Escritura de Emissão e do PRJ à CAB Ambiental referem-se às concessões na área de saneamento detidas por ela e por suas subsidiárias.

“CETIP”: é a CETIP S.A. – Mercados Organizados.

“Concessionária Galvão BR-153”: é a Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.541.127/0001-25, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, sala 3, Vila Olímpia, CEP 04.547-005.

“Créditos”: são os Créditos GALPAR, os Créditos GESA e os Créditos Newco, quando referidos em conjunto.

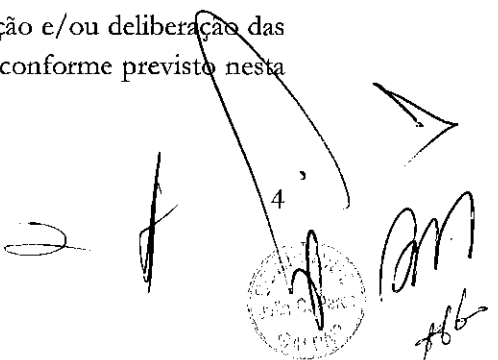
“Créditos GALPAR”: são os Créditos CAB quando referidos em conjunto com os Créditos Concessão BR-153.

“Créditos GESA”: são os Créditos URE, os Créditos COMPERJ, os Créditos VALEC, os Créditos EPC BR-153 e os Créditos Pedreira, quando referidos em conjunto.

“Créditos Newco”: são os Créditos RLAM, os Créditos UFN III, os Créditos RNEST, os Créditos TAIC e os Créditos Angra, de titularidade da Emissora, quando referidos em conjunto.

“Debêntures em Circulação”: para fins dos quóruns de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das séries, conforme previsto nesta

4

Handwritten signature and circular stamp. The stamp is circular with text around the perimeter and a central emblem. There are also some handwritten marks and initials to the right of the stamp.

Escritura de Emissão, as Debêntures em Circulação de cada uma das séries são aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes a qualquer de seus controladores diretos ou indiretos, suas sociedades controladas ou coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

“Dividendos”: são uma parcela do lucro líquido apurado por uma sociedade por ações, distribuída aos acionistas por ocasião do encerramento do exercício social, em atendimento ao disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e, em qualquer hipótese respeitadas as demais disposições da Lei das Sociedades por Ações relacionadas ao tema.

“Documentos da Oferta Restrita”: são esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, a AGE da Emissora, a AGE GALPAR, a AGE GESA, o Contrato de Cessão Fiduciária e demais documentos, que incluem, mas não se limitam, aqueles relacionados ao registro da Oferta Restrita junto à CETIP, emitidos no âmbito da Oferta Restrita.

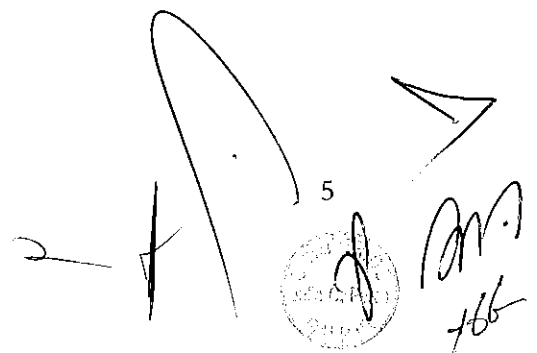
“Evento de Liquidez”: é a ocorrência de qualquer recebimento secundário na GALPAR pela alienação de participação acionária na GESA (excluídos os aportes efetuados por empresas relacionadas e/ou fundos de investimento geridos ou administrados por empresas relacionadas), bem como nas subsidiárias da GESA e da GALPAR.

“Pedreira”: é o ativo de titularidade da GESA localizado na Estrada dos Colângelos, s/nº, no Sítio das Três Cruzes, em Arujá, no Estado de São Paulo, o qual é composto pela propriedade sobre 6 (seis) terrenos em que se encontra jazida de agregados minerais, mais o direito de lavra respectivo.

“Receita Líquida”: é a receita bruta deduzida dos tributos sobre receita, dentre os quais o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a receita bruta.

2

5



Handwritten signature and circular stamp.

“Resultado Líquido”: é o resultado das atividades desenvolvidas pela GESA, o qual será calculado a partir do somatório das receitas auferidas deduzidas dos custos e despesas de qualquer natureza incorridos pela GESA, bem assim de todos e quaisquer tributos devidos sobre esse resultado, incluindo-se, mas não se limitando, o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, a Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS sobre a folha de pagamentos e/ou faturamento e a quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre referido ganho.

“Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Amortização Compulsória.

“Saldo Líquido”: é o resultado das operações realizadas por intermédio da estrutura de consórcio, o qual será calculado a partir do somatório das receitas proporcionais auferidas pela GESA deduzidas dos custos e despesas proporcionais imputados à GESA, bem assim de todos e quaisquer tributos devidos sobre esse resultado, incluindo-se, mas não se limitando, o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, a Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS sobre a folha de pagamentos e/ou faturamento e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre referido ganho.

“Valor de Retenção” é o valor, sem qualquer limitação, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Líquido do valor de alienação das atividades de saneamento desenvolvidas pela CAB Ambiental e suas subsidiárias, o qual será calculado após eventuais descontos do Valor do Desencaixe Inicial, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo.

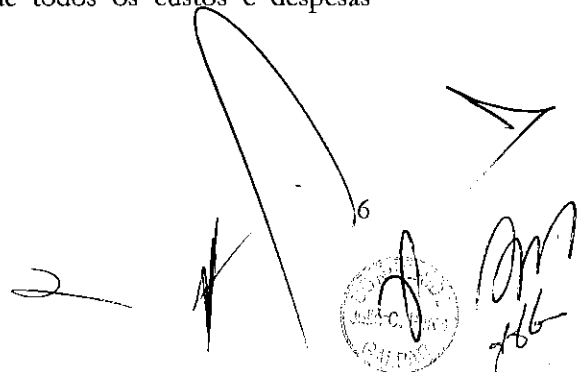
“Valor do Desencaixe Inicial” significa o valor igual à quantia necessária para efetuar o pagamento dos Créditos detidos pelos Credores Trabalhistas, pelos Credores Quirografários A e pelos Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte A (conforme definidos no PRJ), bem como o valor de todos os custos e despesas relacionados à Emissão das Debêntures.

2

6

AM

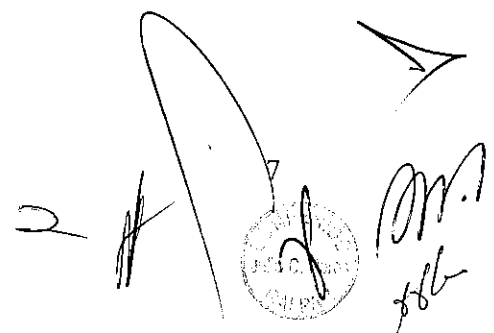
766

A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CAB AMBIENTAL" and "SANEAMENTO". To the right of the signature, there are handwritten initials "AM" and the number "766".

“Valor dos Gastos Gerais” é o valor total correspondente à soma (i) do valor de todos os tributos, impostos, taxas e contribuições, bem como, quaisquer outros encargos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir, inclusive em decorrência de majoração de alíquota ou base de cálculo, com fulcro em norma legal ou regulamentar, sobre os pagamentos feitos pela Emissora, pela GESA (inclusive em decorrência da cisão de ativos para a Emissora) e/ou pela GALPAR no âmbito desta Escritura de Emissão e das NPs, e sobre os valores recebidos pela Emissora, pela GESA e/ou pela GALPAR, relativos aos Créditos Newco, Créditos GESA e Créditos GALPAR, incluindo Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS sobre folha de pagamentos e/ou faturamento; (ii) do valor de todos os custos e despesas, diretos e indiretos, decorrentes e/ou relacionados ao recebimento dos Créditos GALPAR, dos Créditos GESA e dos Créditos Newco; (iii) do valor de todas as despesas gerais de estruturação e implementação das NPs; (iv) do valor de todas as despesas gerais de estruturação e implementação do Contrato de Cessão Fiduciária; e (v) exclusivamente no tocante aos Créditos RNEST, Créditos TAIC, Créditos Angra, Créditos COMPERJ, Créditos UFN III e Créditos URE, do valor de todos os custos e honorários devidos aos consultores financeiros que assessoram a GESA ou a GALPAR ou vierem a assessorar a Emissora e aos advogados e/ou consultores legais que patrocinam ou assessoram a GESA ou a GALPAR ou que vierem a assessorar a Emissora no âmbito das ações judiciais e/ou procedimentos arbitrais.

“Valor Líquido”: é o resultado financeiro decorrente da alienação de participações societárias deduzido dos tributos incidentes sobre o ganho de capital, *i.e.*, Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre referido ganho, o qual deverá ser calculado a partir do custo contábil da investida, aferido a partir do método da equivalência patrimonial em balancete que deverá ser levantado, no máximo, 30 Dias Corridos anteriores à data da venda do ativo.

- 1.3 Os demais termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou no PRJ, ainda que posteriormente ao seu uso.

The block contains handwritten signatures and a circular stamp. On the left, there is a large, stylized signature. To its right is a circular stamp with text inside, partially obscured by another signature. Further right is another signature, and at the bottom right, there is a signature that appears to be 'JLB'.

2. AUTORIZAÇÕES

2.1 A (i) emissão das Debêntures nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), (ii) oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais aplicáveis, bem como (iii) constituição das garantias de Cessão Fiduciária UFN III, de Cessão Fiduciária RNEST, de Cessão Fiduciária RLAM, de Cessão Fiduciária TAIC e de Cessão Fiduciária Angra, são realizadas com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora em 30 de maio de 2016 ("AGE da Emissora"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1 Por meio da AGE da Emissora, a diretoria da Emissora foi autorizada a (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para intermediar a Oferta Restrita e realizar a colocação das Debêntures, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476; (ii) contratar os demais prestadores de serviços relacionados à Oferta Restrita, tais como o Agente Fiduciário, o Agente de Garantias, o Escriturador, o Agente de Liquidação, o Banco Depositário, a CETIP e os assessores legais, entre outros; (iii) celebrar todos os Documentos da Oferta Restrita, bem como eventuais aditamentos necessários referentes aos Documentos da Oferta Restrita; e (iv) negociar e estabelecer os termos e condições finais dos Documentos da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a, as obrigações da Emissora, as declarações a serem prestadas pela Emissora, bem como o detalhamento referente às condições de Amortização Compulsória.

2.2 A constituição e formalização das garantias de Cessão Fiduciária CAB e de Cessão Fiduciária Concessão BR-153 são realizadas com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da GALPAR em 30 de maio de 2016 ("AGE GALPAR").

2.2.1 Por meio da AGE GALPAR, a diretoria da GALPAR foi autorizada a (i) constituir as garantias de Cessão Fiduciária CAB e de Cessão Fiduciária Concessão BR-153; e (ii) celebrar todos os Documentos da Oferta Restrita que fizer parte, bem como eventuais aditamentos necessários referentes aos Documentos da Oferta Restrita que fizer parte.

2

A large handwritten signature is written over a circular official stamp. To the right of the stamp, there are additional handwritten initials or a signature. The stamp contains some illegible text, possibly a company name or department.

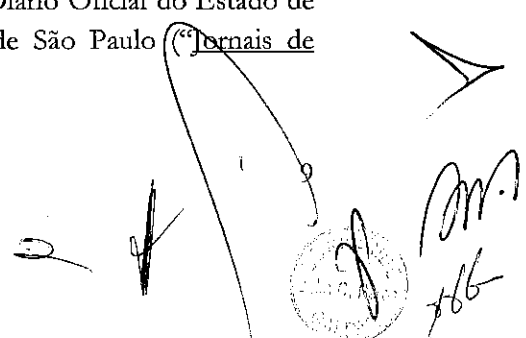
2.3 A constituição e formalização das garantias de Cessão Fiduciária URE, de Cessão Fiduciária EPC BR-153, de Cessão Fiduciária COMPERJ, de Cessão Fiduciária VALEC e de Cessão Fiduciária Pedreira são realizadas com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da GESA em 30 de maio de 2016 ("AGE GESA").

2.3.1 Por meio da AGE GESA, a diretoria da GESA foi autorizada a (i) constituir as garantias de Cessão Fiduciária URE, de Cessão Fiduciária EPC BR-153, de Cessão Fiduciária COMPERJ, de Cessão Fiduciária VALEC e de Cessão Fiduciária Pedreira; e (ii) celebrar todos os Documentos da Oferta Restrita que fizer parte, bem como eventuais aditamentos necessários referentes aos Documentos da Oferta Restrita que fizer parte.

3. REQUISITOS

3.1 A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 5 (cinco) séries, da espécie quirografária, com garantia real adicional e a Oferta Restrita serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

- I. *Dispensa de registro na CVM.* Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;
- II. *Registro na ANBIMA.* A Oferta Restrita poderá vir a ser registrada perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), exclusivamente para envio de informações da base de dados, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até a data do comunicado de encerramento da Oferta Restrita;
- III. *Arquivamento e publicação da AGE da Emissora.* Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata de AGE da Emissora será registrada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Dia" de São Paulo ("Jornais de



Divulgação da Emissora”). A Emissora concorda em enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia da ata da AGE da Emissora devidamente registrada na JUCESP, bem como das referidas publicações, no prazo de até 20 (vinte) dias contados das respectivas datas de arquivamento e publicações;

- IV. *Arquivamento e publicação da AGE GALPAR.* Nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata de AGE GALPAR será registrada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal “O Dia” de São Paulo. A Emissora concorda em enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia da ata da AGE GALPAR devidamente registrada na JUCESP, bem como das referidas publicações, no prazo de até 20 (vinte) dias contados das respectivas datas de arquivamento e publicações;
- V. *Arquivamento e publicação da AGE GESA.* Nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata de AGE GESA será registrada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal “O Dia” de São Paulo. A Emissora concorda em enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia da ata da AGE GESA devidamente registrada na JUCESP, bem como das referidas publicações, no prazo de até 20 (vinte) dias contados das respectivas datas de arquivamento e publicações;
- VI. *Registro desta Escritura de Emissão na JUCESP.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o protocolo na JUCESP desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos deverá ser efetuado pela Emissora no prazo de 10 (dez) dias contados da respectiva data de assinatura. A Emissora declara, reconhece e concorda que enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis após a realização do respectivo arquivamento;
- VII. *Registro do Contrato de Cessão Fiduciária.* O Contrato de Cessão Fiduciária sob o qual se constituem as garantias de Cessão Fiduciária UFN III, de Cessão Fiduciária RNEST, de Cessão Fiduciária RLAM, de Cessão Fiduciária TAIC, de Cessão Fiduciária Angra, de Cessão Fiduciária CAB, de Cessão Fiduciária Concessão BR-153, de Cessão Fiduciária URE, de Cessão Fiduciária EPC BR-153, de Cessão Fiduciária COMPERJ, de Cessão Fiduciária VALEC e de Cessão Fiduciária Pedreira em garantia das Debêntures e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e

2

10

1

1066


Documentos ("Cartórios de RTD") competentes no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da sua celebração. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária e de seus aditamentos registrados nos Cartórios de RTD no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data de sua celebração; e

- VIII. *Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica.* As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente, conforme o caso, por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser distribuídas no mercado primário para investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2003, conforme alterada inclusive pela Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM 539" e "Instrução CVM 554", respectivamente), e nos termos do artigo 2º da Instrução CVM 476 ("Investidores Profissionais"), e negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539 e nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados") nos mercados regulamentados de valores mobiliários, após decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição, pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Respeitadas as disposições acima, as Debêntures de quaisquer das séries poderão ser negociadas, cedidas e alienadas a quaisquer terceiros, respeitadas e nos limites das disposições legais e regulamentares aplicáveis e, neste caso, qualquer terceiro que venha adquirir as Debêntures será considerado um Credor Cessionário no âmbito do PRJ.

4. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 4.1 A Emissora tem por objeto social (a) a prestação de serviços de administração de contas a receber e a pagar; (b) a cobrança de recebíveis e a liquidação de passivos, em seu nome ou de terceiros; (c) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como em consórcios e associações; e (d) dar cumprimento as obrigações

2 f 11



Handwritten signature and stamp at the bottom right of the page.

previstas no PRJ das Recuperandas, homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001, a ela designadas, tais como, mas não se limitando, (i) a assunção dos débitos concursais da GALPAR e a consolidação dos débitos concursais da GESA; e (ii) a emissão, a administração e a amortização de debêntures e notas promissórias para alocação dos credores concursais das Recuperandas.

5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

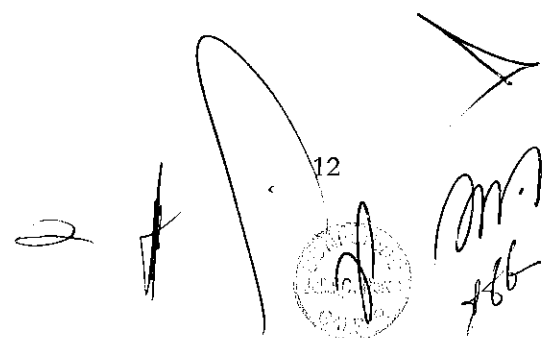
- 5.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão destinados ao pagamento de dívidas existentes da Emissora, visto que as Debêntures serão integralizadas pelos Debenturistas (credores, por si ou por meio de fundos de investimento no âmbito da RJ das Recuperandas), mediante entrega de seus respectivos Créditos Financeiros (conforme definidos no PRJ), observado o disposto na Cláusula 6.10 abaixo.

6. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 6.1 *Número da Emissão.* A emissão objeto da presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$ 1.376.609.275,00 (um bilhão, trezentos e setenta e seis milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").
- 6.3 *Número de Séries.* A Emissão será realizada em 5 (cinco) séries, sendo as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série", as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da terceira série doravante denominadas "Debêntures da Terceira Série", as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da quarta série doravante denominadas "Debêntures da Quarta Série", e as debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da quinta série doravante denominadas "Debêntures da Quinta Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série, doravante denominadas "Debêntures".

2

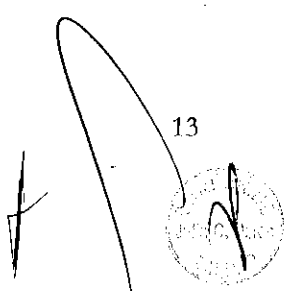
12

The bottom right of the page contains several handwritten signatures and a circular stamp. One signature is a large, stylized 'A' shape. Another is a cursive signature. A third signature is 'M. J. 766'. There is a circular stamp with some illegible text inside, and a small number '12' written near it.

- 6.4 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, de acordo com os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e nas demais disposições regulamentares aplicáveis, destinadas exclusivamente a Investidores Profissionais ("Oferta Restrita"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), para efetuar a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços, nos termos do "Contrato de Colocação, Coordenação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 (cinco) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, da CEOS Administradora de Bens S.A." ("Contrato de Distribuição"), devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Plano de Colocação.
- 6.5 *Plano de Colocação com Esforços Restritos.* O Coordenador Líder organizará a colocação, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços, das Debêntures perante os Investidores Profissionais, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476, de acordo com o plano de colocação que será fixado mediante atendimento dos seguintes termos ("Plano de Colocação"):
- I. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
 - II. o público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Profissionais;
 - III. somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais;
 - IV. as Debêntures somente poderão ser subscritas e/ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais;
 - V. serão levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, assim como as determinações da Emissora, sendo que o Coordenador Líder individualmente (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para

2

13



Handwritten signature and circular stamp.

Investidores Profissionais que tenham perfil de risco adequado; e
(ii) observará os limites descritos nos incisos III e IV acima;

- VI. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário; e
- VII. as Debêntures que não forem colocadas no período de até 180 (cento e oitenta) dias contados do início da Oferta Restrita serão canceladas pela Emissora.

6.5.1 Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos III e IV da Cláusula 6.5 acima.

6.6 *Subscrição.* No ato da subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Profissionais deverão realizar a entrega da declaração devidamente assinada, conforme o caso, em atendimento à Instrução CVM 554, afirmando estarem cientes e concordarem, no mínimo, que: (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (iii) a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA exclusivamente para envio de informações da base de dados, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até a data do comunicado de encerramento da Oferta Restrita; (iv) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão, observadas que as hipóteses previstas na própria Instrução CVM 476, somente podendo ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento pela Emissora do disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476; (v) as Debêntures só poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados; e (vi) a Oferta Restrita está inserida no contexto da RJ, estando assim sujeita a condições e riscos específicos inerentes a tal situação (“Declaração de Investidor Profissional”).

6.7 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 6.5 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, a qual deverá ser informada pelo Coordenador Líder à

2

14

AM.1
766

CVM, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da primeira procura a potenciais investidores ("Comunicação de Início"), em atendimento ao disposto no artigo 7º-A, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

- 6.8 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP.
- 6.9 *Elegibilidade para Subscrição das Debêntures.* A subscrição das Debêntures será efetuada em atendimento às disposições a seguir, em todas as hipóteses, em atendimento às disposições da Instrução CVM 476:
- 6.9.1 *Elegibilidade para Subscrição das Debêntures da Primeira Série.* Todos os Credores Financeiros (conforme definidos no PRJ) que celebraram instrumento que previa a constituição de garantias de natureza fiduciária atreladas aos Créditos VALEC e aos Créditos EPC BR 153 poderão subscrever as Debêntures da Primeira Série ("Debenturistas da Primeira Série").
- 6.9.2 *Elegibilidade para Subscrição das Debêntures da Segunda Série.* Todos os Credores Financeiros (conforme definidos no PRJ) que celebraram instrumento que previa a constituição de garantias de natureza fiduciária atreladas aos Créditos RLAM, Créditos COMPERJ, Créditos UFN III e Créditos URE, conforme o caso, poderão subscrever as Debêntures da Segunda Série ("Debenturistas da Segunda Série").
- 6.9.3 *Elegibilidade para Subscrição das Debêntures da Terceira Série.* Todos os Credores Financeiros (conforme definidos no PRJ) que celebraram instrumento que previa a constituição de garantias de natureza fiduciária atreladas exclusivamente aos Créditos EPC BR 153, conforme o caso, poderão subscrever as Debêntures da Terceira Série ("Debenturistas da Terceira Série").
- 6.9.4 *Elegibilidade para Subscrição das Debêntures da Quarta Série.* Todos os Credores Financeiros (conforme definidos no PRJ) (i) que detenham seus Créditos diretamente contra a GALPAR; ou (ii) que detenham seus Créditos diretamente contra a GESA com aval ou fiança da GALPAR; ou (iii) que detenham seus Créditos diretamente contra a Galvão Concessões Rodoviárias Participações S.A. com aval ou fiança da GALPAR, com exceção daqueles que são elegíveis para subscrever as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, poderão subscrever as Debêntures da Quarta Série ("Debenturistas da Quarta Série").

2

15

PM-1
pbb

- 6.9.5 *Elegibilidade para Subscrição das Debêntures da Quinta Série.* Todos os Credores Financeiros (conforme definidos no PRJ) que não são elegíveis para subscrever as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série (respeitadas as disposições específicas da Instrução CVM 476) poderão subscrever as Debêntures da Quinta Série ("Debenturistas da Quinta Série").
- 6.10 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário, por meio do MDA ("Preço de Integralização"), de acordo com as normas e procedimentos aplicáveis da CETIP, mediante entrega, pelos Debenturistas, dos Créditos Financeiros (conforme definidos no PRJ) de sua titularidade contra as Recuperandas (na qualidade de devedoras principais e/ou de garantidoras de tais créditos), pelo valor do crédito constante da Lista de Credores (conforme definida no PRJ), na Data de Integralização ("Créditos em RJ").
- 6.10.1 Não obstante o disposto acima, dado que a quantidade de Debêntures a ser subscrita pelos respectivos Debenturistas deve perfazer um número inteiro, caso os respectivos Créditos Financeiros (conforme definido no PRJ) perfazam um número fracionário, o número fracionário deverá ser arredondado para o número inteiro imediatamente (i) superior caso a primeira casa decimal seja igual ou superior a 5 (cinco) décimos, e (ii) inferior caso a primeira casa decimal seja inferior a 5 (cinco) décimos, sendo desconsideradas as casas decimais posteriores à primeira, para fins do arredondamento aqui previsto.
- 6.11 *Negociação.* As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio da CETIP, observado o disposto no inciso VIII da Cláusula 3.1 acima.
- 6.12 *Agente de Liquidação.* O agente de liquidação da Oferta Restrita será a Oliveira Trust DTVM S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação na prestação dos serviços de liquidante previstos nesta Escritura de Emissão).
- 6.13 *Escriturador.* O escriturador da Oferta Restrita será a Oliveira Trust DTVM S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição

que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços de Escriturador previstos nesta Escritura de Emissão).

7. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 7.1 *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 1.376.609.275 (um bilhão, trezentos e setenta e seis milhões, seiscentas e nove mil, duzentas e setenta e cinco) Debêntures, sendo (i) 357.893.756 (trezentos e cinquenta e sete milhões, oitocentas e noventa e três mil e setecentas e cinquenta e seis) Debêntures da Primeira Série, (ii) 313.912.565 (trezentos e treze milhões, novecentas e doze mil, quinhentas e sessenta e cinco) Debêntures da Segunda Série, (iii) 95.317.302 (noventa e cinco milhões, trezentas e dezessete mil e trezentas e duas) Debêntures da Terceira Série, (iv) 317.416.240 (trezentos e dezessete milhões, quatrocentas e dezesseis mil e duzentas e quarenta) Debêntures da Quarta Série, e (v) 292.069.412 (duzentos e noventa e dois milhões, sessenta e nove mil e quatrocentas e doze) Debêntures da Quinta Série.
- 7.2 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 7.3 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 03 de junho de 2016 ("Data de Emissão").
- 7.4 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido extrato pela CETIP em nome dos Debenturistas, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 7.5 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 7.6 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia real adicional, na forma descrita na Cláusula 7.8 abaixo.
- 7.7 *Compartilhamento da Garantia Real Adicional.* Os Debenturistas, neste ato e na melhor forma de direito, reconhecem e concordam que, em atendimento às disposições do PRJ, a garantia real adicional a ser constituída na forma de cessão fiduciária de determinados direitos de crédito e recebíveis será compartilhada de forma *pari passu*

com os Credores Quirografários B e com os Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte B que tiverem seus créditos representados por notas promissórias a serem emitidas pela Emissora ("NPs" e "Beneficiários das NPs"), em todas as hipóteses, respeitadas as disposições específicas do PRJ, em especial as prioridades e ordem de alocação dos recursos previstos nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nas NPs.

7.8 *Garantia Real Adicional.* Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.7 acima, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principal e acessórias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, das disposições pertinentes da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e das demais leis e regulamentos aplicáveis, por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito, Recebíveis e Outras Avenças" a ser firmado junto ao Agente de Garantias, Agente Fiduciário e ao Banco Depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a Emissora, a GALPAR e a GESA cederão fiduciariamente aos Debenturistas os seguintes direitos creditórios:

- (a) 100% (cem por cento) dos Saldos Líquidos recebidos a título de quaisquer remunerações decorrentes da participação da GESA no consórcio Alusa – Galvão – Tomé composto pela GESA, pela Alumni Engenharia S.A., em recuperação judicial (nova denominação de Alusa Engenharia Ltda.) e pela Tomé Engenharia e Transportes Ltda., conforme Contrato de Constituição de Consórcio de 10 de dezembro de 2007 ("Consórcio RLAM"), com exceção de (i) eventuais reembolsos de despesas, taxas e/ou custos incorridos pela GESA no desenvolvimento das atividades do Consórcio RLAM; e (ii) eventuais devoluções, em conta corrente, de valores correspondentes a aportes efetuados pela GESA para capital de giro, que tem por objeto a execução do contrato firmado com a Petrobras, oriundo do convite nº 0301926.07.8 referente às obras na Refinaria Landulpho Alves – RLAM, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo ("Créditos RLAM" e "Cessão Fiduciária RLAM");
- (b) 100% (cem por cento) dos Saldos Líquidos recebidos a título de quaisquer remunerações decorrentes da participação da GESA no consórcio UFN III composto pela GESA e pela Sinopec Petroleum do Brasil Ltda., conforme Instrumento Particular de Constituição de Consórcio firmado em 19 de agosto de 2011, conforme alterado ("Consórcio UFN III"), com exceção de (i) eventuais reembolsos de

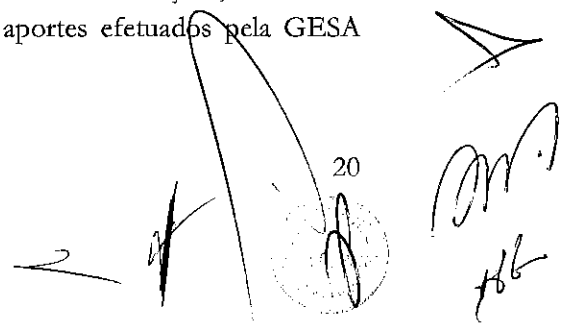
despesas, taxas e/ou custos incorridos pela GESA no desenvolvimento das atividades do Consórcio UFN III; e (ii) eventuais devoluções, em conta corrente, de valores correspondentes a aportes efetuados pela GESA para capital de giro, que tem por objeto a execução do contrato firmado com a Petrobras, oriundo do convite nº 0912834.11.8, referente às obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III em Três Lagoas/MS, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo (“Créditos UFN III” e “Cessão Fiduciária UFN III”);

- (c) 100% (cem por cento) dos recursos decorrentes do Resultado Líquido auferido no âmbito do (i) Contrato nº 8500.0000080.10-2 firmado entre a GESA e a Petrobras, oriundo do convite nº 0629080.09-8; e (ii) Contrato nº 8500.0000190.13.2 firmado entre a GESA e a Petrobras, incluindo, mas não se limitando, aqueles realizados em cumprimento às decisões proferidas no âmbito das ações judiciais e/ou procedimentos arbitrais contra a Petrobras referentes às obras na Refinaria do Nordeste (Refinaria de Abreu e Lima) – RNEST, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo (“Créditos RNEST” e “Cessão Fiduciária RNEST”);
- (d) 100% (cem por cento) dos recursos decorrentes do Resultado Líquido auferido no âmbito do Contrato nº 0802.004522.08.2 (conforme aditado) firmado entre a GESA e a Petrobras oriundo do convite engenharia/IETED/IETR/PC-0425209.07.8, incluindo, mas não se limitando, aqueles realizados em cumprimento às decisões proferidas no âmbito das ações judiciais e/ou procedimentos arbitrais contra a Petrobras referentes às obras no Terminal Aquaviário de Ilha Comprida – TAIC, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo (“Créditos TAIC” e “Cessão Fiduciária TAIC”);
- (e) (i) 100% (cem por cento) dos Saldos Líquidos recebidos a título de quaisquer remunerações decorrentes da participação da GESA no consórcio Galvão-Colares, composto pela GESA e pela Construtora Colares Linhares Ltda., conforme Contrato de Constituição do Consórcio Galvão-Colares firmado em 18 de dezembro de 2008, conforme alterado, com exceção de (a) eventuais reembolsos de despesas, taxas e/ou custos incorridos pela GESA no desenvolvimento das atividades do consórcio; e (b) eventuais devoluções, em conta corrente, de valores correspondentes a aportes efetuados pela GESA para capital de giro, que tem por objeto a execução do contrato firmado

com a Petrobras, oriundo do convite nº 0795050.10.8, incluindo, mas não se limitando, aqueles realizados em cumprimento às decisões proferidas no âmbito das ações judiciais e/ou procedimentos arbitrais contra a Petrobras referentes às obras de segregação de águas na área principal do Terminal TEBIG em Angra dos Reis/RJ, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo; e (ii) 100% (cem por cento) dos recursos decorrentes do Resultado Líquido auferido no âmbito do Contrato nº 0802.0057461.10.2, firmado entre a GESA e a Petrobras, respeitado o disposto na Cláusula 7.8.5 abaixo ("Créditos Angra" e "Cessão Fiduciária Angra");

- (f) 75% (setenta e cinco por cento) dos Valores Líquidos decorrentes da alienação da participação da GALPAR e da GESA na CAB Ambiental e nas suas subsidiárias ("Créditos CAB" e "Cessão Fiduciária CAB"), respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo;
- (g) 100% (cem por cento) dos Valores Líquidos oriundos dos direitos creditórios decorrentes da venda das ações da Concessionária Galvão BR-153 referente ao trecho da BR-153, entre Anápolis/GO e Aliança do Tocantins/TO, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo ("Créditos Concessão BR-153" e "Cessão Fiduciária Concessão BR-153"). Os Créditos Concessão BR-153 serão divididos na proporção de 2/3 para os Debenturistas da Primeira Série e para os Debenturistas da Terceira Série, respeitada a proporção da participação dos Debenturistas de cada uma dessas séries e 1/3 para os Debenturistas da Segunda Série, dos Debenturistas da Quarta Série e dos Debenturistas da Quinta Série, respeitada a proporção da participação dos Debenturistas de cada uma dessas séries, de acordo com o estabelecido nesta Escritura de Emissão e no PRJ;
- (h) 100% (cem por cento) dos Saldos Líquidos recebidos a título de quaisquer remunerações decorrentes da participação da GESA no consórcio URE, composto pela GESA, pela Construtora Queiroz Galvão S/A, pela Iesa Óleo e Gás S/A e pela Tecna Brasil Ltda., conforme Instrumento Particular de Constituição de Consórcio firmado em 10 de setembro de 2013, conforme alterado ("Consórcio URE"), pagamentos, com exceção de (i) eventuais reembolsos de despesas, taxas e/ou custos incorridos pela GESA no desenvolvimento das atividades do Consórcio URE; (ii) eventuais devoluções, em conta corrente, de valores correspondentes a aportes efetuados pela GESA

20

The bottom right of the page features several handwritten signatures and a circular stamp. One signature is a large, stylized 'Z' or 'A' shape. Another is a cursive signature. A circular stamp contains the number '20' and some illegible text. There are also some other scribbles and initials.

para capital de giro, que tem por objeto a execução do Contrato nº 0858.0085780.13.2 firmado com a Petrobras oriundo do convite nº 1320603.13.8, referentes às obras da Unidade de Tratamento, Recuperação e Armazenamento de Enxofre do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo ("Créditos URE" e "Cessão Fiduciária URE");

- (i) 100% (cem por cento) dos Saldos Líquidos recebidos a título de quaisquer remunerações decorrentes da participação da GESA no consórcio COMPERJ, composto pela GESA, pela Construtora Queiroz Galvão S/A e pela Iesa Óleo e Gás S/A, conforme Instrumento Particular de Constituição de Consórcio firmado em 18 de agosto de 2010, conforme alterado ("Consórcio COMPERJ"), com exceção de (i) eventuais reembolsos de despesas, taxas e/ou custos incorridos pela GESA no desenvolvimento das atividades do Consórcio COMPERJ; e (ii) eventuais devoluções, em conta corrente, de valores correspondentes a aportes efetuados pela GESA para capital de giro, que tem por objeto a execução do Contrato firmado com a Petrobras oriundo do convite nº 079.3.687.10-8, ICJ nº 0800.0060702.10-2, referentes às obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo ("Créditos COMPERJ" e "Cessão Fiduciária COMPERJ");
- (j) 100% (cem por cento) do Resultado Líquido decorrente de obrigações vincendas auferido no âmbito do contrato de prestação de serviços firmado pela GESA junto à Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. referente às obras para a construção do lote 02 do trecho Barreiras - Ilhéus/BA da Ferrovia Oeste-Leste, no âmbito do contrato referido acima, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo ("Créditos VALEC" e "Cessão Fiduciária VALEC");
- (k) 1,5% (um inteiro e cinco centésimos por cento) da Receita Líquida dos direitos creditórios decorrentes de quaisquer tipos de pagamentos realizados no âmbito do Contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction Contracts*) firmado entre GESA e a Concessionária Galvão BR-153 referente às obras do trecho da BR-153 ("Créditos EPC BR-153" e "Cessão Fiduciária EPC BR-153"), sendo que a esse valor será acrescido o montante equivalente a 5% (cinco por cento) da Receita Líquida do preço global do Contrato de EPC, descontados eventuais

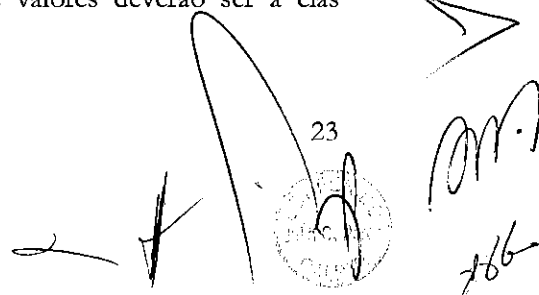
passivos contingentes, respeitado o disposto nas Cláusula 7.8.6 e 7.8.7 abaixo; e

- (l) 100% (cem por cento) do Valor Líquido decorrente da venda da Pedreira de titularidade da GESA, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 abaixo ("Créditos Pedreira" e "Cessão Fiduciária Pedreira").

- 7.8.1 Não obstante todo o exposto acima, as Partes desde já reconhecem e concordam que à época de cada recebimento, o equivalente a 2% (dois por cento) dos Créditos RLAM, dos Créditos UFN III, dos Créditos URE, dos Créditos COMPERJ, dos Créditos RNEST, dos Créditos TAIC e dos Créditos Angra serão retidos pela Emissora, pela GESA e pela GALPAR, para fins de fortalecimento de caixa, conforme procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária.
- 7.8.2 Havendo recebimentos decorrentes de quaisquer valores adicionais de rubricas, tais como multas, penalidades e lucros cessantes, não mencionadas nos créditos, mas não se limitando somente a esses, relativos aos Créditos RLAM, aos Créditos UFN III, aos Créditos URE, aos Créditos COMPERJ, aos Créditos RNEST, aos Créditos TAIC e/ou aos Créditos Angra em valor superior aos valores auferidos com as medições constantes de cada uma das respectivas obras, referidos valores excedentes, após apuração da Emissora, da GALPAR ou da GESA, conforme a respectiva titularidade do crédito e de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária, serão destinados da seguinte forma: (i) 75% (setenta e cinco por cento) serão retidos pela Emissora, GESA, e/ou GALPAR, conforme aplicável; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão transferidos para as respectivas Contas Vinculadas, em favor dos Debenturistas e/ou dos Beneficiários das NPs, respeitadas as disposições específicas desta Escritura de Emissão, do PRJ e do Contrato de Cessão Fiduciária.
- 7.8.3 A Emissora contratará o Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06 ("Banco Depositário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Depositário na prestação dos serviços de Banco Depositário previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária) para prestar serviços de administração das Contas Vinculadas e com a finalidade de organizar a movimentação dos Créditos cedidos fiduciariamente em garantia do pagamento das Obrigações Garantidas, sendo que, para a prestação de tais serviços, o Banco Depositário abrirá a Conta Vinculada A, a Conta Vinculada B, a Conta Vinculada C, a Conta Vinculada D e a Conta Vinculada E, as quais serão de titularidade da Emissora.

- 7.8.4 Observado os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários atuará como Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e Agente de Garantias, na qualidade de representante dos Credores Fiduciários (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária). A Emissora, a GALPAR e a GESA comprometem-se a transferir exclusivamente para as Contas Vinculadas, que serão movimentáveis de acordo com o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, a totalidade dos pagamentos referentes aos Créditos efetuados pelos respectivos devedores, respeitadas, em quaisquer hipóteses, as proporções efetivamente dadas em garantia, na forma da Cláusula 7.8 acima, a alocação dos Créditos nas Contas Vinculadas, na forma prevista na Cláusula 7.20 abaixo, bem como as disposições das Cláusulas 7.8.5 e 7.8.6 abaixo e as retenções e descontos previstos no PRJ.
- 7.8.5 As Partes desde já reconhecem e concordam que todos os Dividendos, juros sobre capital próprio, remunerações, direitos creditórios e/ou recebíveis referentes aos Créditos Newco, aos Créditos GESA e aos Créditos GALPAR recebidos, respectivamente, pela Emissora, pela GESA e/ou pela GALPAR serão por elas transferidos para as Contas Vinculadas, somente após o recebimento da integralidade do Valor do Desencaixe Inicial e do Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, aos Créditos GESA e aos Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Emissora, conforme apuração efetuada pela respectiva titular do Crédito, a qual deverá ser devidamente justificada para o Agente de Garantias. Em qualquer hipótese, o Valor do Desencaixe Inicial será limitado a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) e terá preferência sobre o Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, aos Créditos GESA e aos Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Emissora, de maneira que somente serão utilizados valores para as finalidades do Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, aos Créditos GESA e aos Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Emissora, após o pagamento integral dos Créditos detidos pelos Credores Trabalhistas A (conforme definidos no PRJ), pelos Credores Quirografários A (conforme definidos no PRJ) e pelos Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte A (conforme definidos no PRJ).
- 7.8.6 Não obstante o disposto na Cláusula 7.8.5 acima, caso a Emissora, a GESA e/ou a GALPAR, conforme o caso, efetuem o pagamento do Valor do Desencaixe Inicial e do Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, aos Créditos GESA e aos Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Emissora, na forma do PRJ, os respectivos valores deverão ser a elas

23



Handwritten signature and stamp. The stamp is circular and contains the text "23" and "GALPAR". There are also handwritten initials "AM" and the number "166" next to it.

reembolsados assim que houver a realização de qualquer dos Créditos Newco, dos Créditos GESA e dos Créditos GALPAR, no momento de seu efetivo recebimento, até o integral reembolso dos valores então despendidos pela Emissora, pela GESA e/ou pela GALPAR, conforme o caso, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. Caberá à Emissora, à GALPAR e/ou à GESA, conforme titularidade do respectivo crédito realizado, promover a retenção dos valores reembolsáveis a título de pagamento do Valor do Desencaixe Inicial, e Valor dos Gastos Gerais antes do efetivo depósito do crédito aplicável nas Contas Vinculadas, devendo sempre justificar, ao Agente de Garantias, a retenção efetuada a título de reembolso.

- 7.9 *Créditos representados pelas Debêntures.* Os Créditos em RJ que forem utilizados para integralização das Debêntures serão considerados novados para todos os fins e efeitos de direito. Para fins de esclarecimento e para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, a novação objeto desta Cláusula, exclusivamente no caso específico dos Debenturistas titulares de Créditos Financeiros representados por garantias de aval ou fiança concedidas pela GESA e/ou pela GALPAR, se dará também exclusivamente quanto à garantia de fiança e aval, permanecendo inalterado e não novado o crédito constituído pelas respectivas obrigações principais junto a quaisquer empresas do Grupo Galvão, exceto a GESA e a GALPAR e observado o disposto na cláusula 8.10 do PRJ. Esta Cláusula não se aplica às operações de FINAME diretamente contratadas pelas GESA ou pela GALPAR.
- 7.10 *Prazo e Data de Vencimento das Debêntures.* O prazo de vencimento das Debêntures de cada uma das séries será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais e consecutivos de 10 (dez) anos, ressalvada a hipótese de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), sendo certo que, ao final de cada período de 10 (dez) anos, os Debenturistas de cada uma das séries se reunirão nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas individualmente para cada uma das séries, nos termos da Cláusula 10 abaixo, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência ao vencimento da respectiva série, para deliberar, individualmente e por série, a respeito da manutenção ou não da exigibilidade das Debêntures. Caso seja deliberado nas Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das séries por não prorrogar o prazo de vencimento das Debêntures, nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser votadas uma das seguintes opções: (a) receber os Créditos em dação em pagamento do saldo devedor das Debêntures de quaisquer das séries, respeitadas as disposições específicas previstas no PRJ; ou (b) revender as Debêntures de quaisquer séries para a Emissora ou quaisquer terceiros por um valor definido de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, valor esse que não será superior ao eventual saldo remanescente das Debêntures, respeitada a disposição contida no inciso VIII da Cláusula 3.1 acima.

- 7.10.1 Não obstante o exposto acima, caso as Debêntures perdurem pelo período de 30 (trinta) anos e ainda houver saldo devedor das Debêntures, ao final deste período, os Debenturistas estarão obrigados a (i) receber os Créditos em dação em pagamento; ou (ii) revender as Debêntures por um valor a ser acordado entre as partes, seguindo-se a regra da Cláusula 7.10 (b) acima, hipótese em que renunciarão expressamente, por escrito, o direito de receber os Créditos em dação em pagamento; ou (iii) prorrogar o prazo de vencimento das Debêntures por um período adicional de 30 (trinta) anos, respeitadas as disposições específicas previstas no PRJ. Na hipótese de dação em pagamento, os Debenturistas poderão optar quais dos Créditos Newco, dos Créditos GALPAR e/ou dos Créditos GESA, ainda não integralmente liquidados e que estejam atrelados à sua respectiva série no âmbito desta Emissão, serão por eles recebidos em dação em pagamento, observado que todas as etapas deste processo de dação em pagamento serão realizadas fora do âmbito da CETIP.
- 7.10.2 Respeitadas as disposições específicas do PRJ, não havendo Créditos por qualquer razão e/ou tendo sido estes recebidos, pagos, liquidados e depositados nas Contas Vinculadas em sua totalidade, as Debêntures não serão mais exigíveis pelos Debenturistas em qualquer hipótese ou a qualquer título e os Debenturistas estarão obrigados a revender as Debêntures à Emissora e/ou a quaisquer terceiros por esta indicados, em ambos os casos por um valor definido a critério exclusivo da Emissora e/ou de quaisquer terceiros por esta indicados, o qual não será superior ao eventual saldo remanescente das Debêntures, ainda que exista saldo devedor em qualquer das séries das Debêntures.
- 7.10.3 *Debêntures da Primeira Série.* O prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais e consecutivos de 10 (dez) anos, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.10, 7.10.1 e 7.10.2 acima, as quais se aplicam a todas as séries da presente Emissão ("Data de Vencimento/Resgate da Primeira Série").
- 7.10.4 *Debêntures da Segunda Série.* O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais e consecutivos de 10 (dez) anos, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.10, 7.10.1 e 7.10.2 acima, as quais se aplicam a todas as séries da presente Emissão ("Data de Vencimento/Resgate da Segunda Série").
- 7.10.5 *Debêntures da Terceira Série.* O prazo de vencimento das Debêntures da Terceira Série será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais e consecutivos de 10 (dez) anos, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.10, 7.10.1 e 7.10.2 acima, as quais se

2

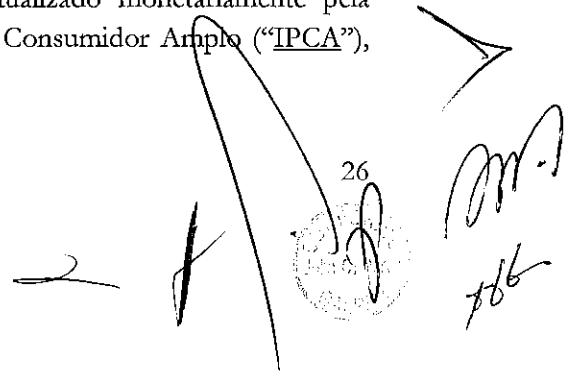
25

286

aplicam a todas as séries da presente Emissão ("Data de Vencimento/Resgate da Terceira Série").

- 7.10.6 *Debêntures da Quarta Série.* O prazo de vencimento das Debêntures da Quarta Série será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais e consecutivos de 10 (dez) anos, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.10, 7.10.1 e 7.10.2 acima, as quais se aplicam a todas as séries da presente Emissão ("Data de Vencimento/Resgate da Quarta Série").
- 7.10.7 *Debêntures da Quinta Série.* O prazo de vencimento das Debêntures da Quinta Série será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais e consecutivos de 10 (dez) anos, respeitado o disposto nas Cláusulas 7.10, 7.10.1 e 7.10.2 acima, as quais se aplicam a todas as séries da presente Emissão ("Data de Vencimento/Resgate da Quinta Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, a Data de Vencimento da Segunda Série, a Data de Vencimento da Terceira Série e a Data de Vencimento da Quarta Série, "Datas de Vencimento/Resgate").
- 7.11 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Amortização Compulsória, não haverá amortização programada das Debêntures, sendo o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures devido integralmente em cada uma das Datas de Vencimento/Resgate.
- 7.12 *Fluxo de pagamento das Debêntures.* O fluxo de pagamento das Debêntures objeto da presente Emissão será realizado por meio do mecanismo de *cash sweep*, ou seja, as Debêntures serão amortizadas pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 7.20 abaixo, na medida em que forem efetuados os pagamentos dos Créditos RNEST, Créditos TAIC, Créditos Angra, Créditos Concessão BR-153, Créditos Pedreira, Créditos CAB, Créditos VALEC, Créditos RLAM, Créditos UFN III, Créditos COMPERJ, Créditos URE e Créditos EPC BR-153, mediante depósito nas Contas Vinculadas de titularidade da Emissora, respeitado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária e no PRJ, observado o compartilhamento, quando previsto, destes créditos com os Beneficiários das NPs.
- 7.13 *Juros Remuneratórios.* As Debêntures não farão jus a qualquer remuneração incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado.
- 7.14 *Atualização Monetária.* O Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"),

26

A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the number '26' and some illegible text. To the right of the signature, there are additional handwritten marks, including what appears to be 'PM-1' and 'p66'.

divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis a partir da primeira Data de Integralização até a integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) automaticamente, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), atualizado das Debêntures, conforme o caso calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

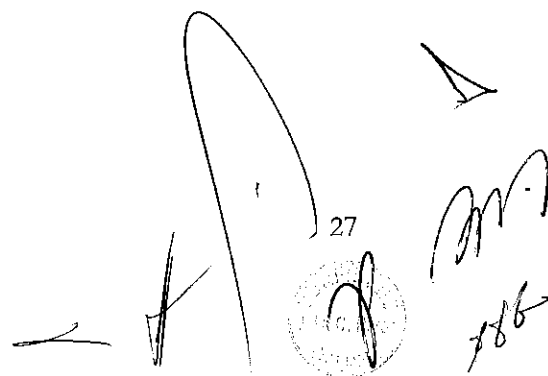
Onde:

n = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês imediatamente anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário das Debêntures, o valor do número-índice do IPCA do mês de atualização corresponderá ao valor do número-índice do IPCA.

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

27

A large handwritten signature is written over a circular stamp. To the right of the stamp, there is another handwritten signature and the number "286".

dup = número de Dias Úteis entre a primeira Data de Integralização ou a data de aniversário das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a primeira Data de Integralização ou a data de aniversário das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

7.14.1 Observações:

- I. Os fatores resultantes da expressão $\left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{360}} \right]$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- II. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- III. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE; e
- IV. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

7.14.2 Para os fins desta Cláusula 7.14, considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

7.14.3 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será aplicada, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas.

7.14.4 No caso de ausência da apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, no caso de extinção ou inaplicabilidade

28

2

AM-1

566

por disposição legal ou regulatória ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Cláusula 10 abaixo, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do final do Período de Ausência do IPCA ou da data de extinção ou inaplicabilidade por imposição legal, regulatória ou determinação judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003 e a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). As Assembleias Gerais de Debenturistas serão realizadas na forma e prazos previstos na Cláusula 10 abaixo. Até a conclusão das Assembleias Gerais de Debenturistas mencionadas nesta Cláusula será utilizada, para fins de cálculo do IPCA, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação das referidas Assembleias Gerais de Debenturistas.

- 7.15 Caso o IPCA volte a ser divulgado antes da realização das Assembleias Gerais de Debenturistas de que tratam a Cláusula 7.14.4 acima, referidas Assembleias Gerais de Debenturistas deixarão de ser realizadas, mediante comunicação nesse sentido do Agente Fiduciário aos Debenturistas, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures, sendo certo que até a data de divulgação do IPCA nos termos desta Cláusula, será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.
- 7.16 *Pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado.* O Valor Nominal Unitário atualizado será pago na respectiva Data de Vencimento/Resgate ou por ocasião da Amortização Compulsória ou Resgate Antecipado das Debêntures.
- 7.17 *Repactuação.* As Debêntures não poderão ser objeto de repactuação programada pela Emissora, seja de forma facultativa ou compulsória.
- 7.18 *Resgate Antecipado.* A totalidade das Debêntures deverá ser integralmente resgatada pela Emissora, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, sempre que, conjuntamente, (i) os Créditos depositados nas Contas Vinculadas sobejarem o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das respectivas séries, atualizado pela Atualização Monetária, respeitadas as ordens de prioridade e de pagamento aos Debenturistas e aos Beneficiários das NPs estipuladas no Contrato de Cessão

2

29

AM

26/6

Fiduciária e no PRJ; e (ii) o Valor Nominal Unitário das Debêntures de determinada série atingir R\$0,01 (um centavo) ("Resgate Antecipado"). Para fins do Resgate Antecipado das Debêntures aplicar-se-ão as seguintes condições:

- I. não será devido pela Emissora aos Debenturistas qualquer prêmio em razão do Resgate Antecipado;
- II. caso as Debêntures objeto do Resgate Antecipado estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado seguirá os procedimentos previstos pela CETIP e, caso as Debêntures objeto do Resgate Antecipado não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado seguirá os procedimentos previstos pelo Escriturador;
- III. o Agente Fiduciário será comunicado acerca do Resgate Antecipado das Debêntures por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data em que ocorrer o Resgate Antecipado;
- IV. a CETIP deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data em que ocorrer o Resgate Antecipado; e
- V. os Debenturistas serão comunicados acerca do Resgate Antecipado das Debêntures por meio da página da Emissora na rede mundial de computadores (www.galvao.com.br) com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data em que ocorrer o Resgate Antecipado.

7.19 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário atualizado, observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolçadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures.

7.20 *Amortização Compulsória.* As Debêntures deverão ser compulsoriamente amortizadas pela Emissora, na medida em que sejam depositados recursos nas Contas Vinculadas referentes a um ou mais Créditos GALPAR, Créditos GESA e/ou Créditos Newco, sendo certo que a GESA, a GALPAR e/ou a Emissora, conforme titularidade dos

2

30

AM

166

Créditos e respeitadas as disposições das Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 acima, bem como as demais disposições aplicáveis nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, efetuarão a alocação dos recursos decorrentes dos Créditos Newco, dos Créditos GALPAR e dos Créditos GESA nas respectivas Contas Vinculadas, na forma descrita na tabela a seguir, respeitada a preferência dos Credores Trabalhistas, Credores Quirografários A e Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte A, bem como o compartilhamento de acordo com a proporcionalidade dos Créditos de cada um dos Debenturistas e os Beneficiários das NPs e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Credores Financeiros titulares das Debêntures de cada uma das séries e respeitadas as condições previstas nas Cláusulas 7.20.1, 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4 abaixo:

<u>CONTA VINCULADA</u>	<u>CRÉDITOS</u>	<u>BENEFICIÁRIOS</u>
Conta Vinculada A	Créditos RNEST Créditos TAIC Créditos Angra 1/3 dos Créditos Concessão BR-153* Créditos Pedreira*	Debêntures da Primeira Série Debêntures da Segunda Série Debêntures da Terceira Série Debêntures da Quarta Série Debêntures da Quinta Série Beneficiários das NPs
Conta Vinculada B	2/3 dos Créditos Concessão BR-153** Créditos EPC BR-153	Debêntures da Primeira Série Debêntures da Terceira Série
Conta Vinculada C	Créditos VALEC	Debêntures da Primeira Série
Conta Vinculada D	Créditos RLAM Créditos COMPERJ Créditos UFN III Créditos URE	Debêntures da Segunda Série
Conta Vinculada E	Créditos CAB	Debêntures da Primeira Série Debêntures da Segunda Série Debêntures da Quarta Série

*Para fins de clareza, caso o Crédito Pedreira seja realizado após a realização do Crédito CAB, o Valor Líquido decorrente do Crédito Pedreira será então depositado e creditado na Conta Vinculada E e o que sobejar, se for o caso, será depositado na Conta Vinculada A.

** Especificamente com relação à porção de 1/3 (um terço) dos Créditos Concessão BR-153, os Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Terceira Série não receberão quaisquer valores que venham a ser creditados na Conta Vinculada A, já que o pagamento desses Debenturistas se dará mediante

2

31

PM

266

o recebimento dos remanescentes 2/3 (dois terços) dos Créditos Concessão BR-153, os quais serão creditados na Conta Vinculada B.

7.20.1 *Amortização Compulsória das Debêntures da Primeira Série.* A Emissora deverá amortizar compulsoriamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, proporcionalmente ao número de Debêntures da Primeira Série, sempre que houver recursos na (i) conta corrente vinculada nº 2204228-0, mantida na agência nº 0001-9 do Banco Depositário, de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada A") (exceto quanto a qualquer recebimento decorrente da porção de 1/3 dos Créditos Concessão BR-153, tendo em vista o recebimento, pelos Debenturistas da Primeira Série e dos Debenturistas da Terceira Série se dará mediante o recebimento dos remanescentes 2/3 dos Créditos Concessão BR-153, os quais serão creditados na Conta Vinculada B), respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Segunda Série, aos Debenturistas da Terceira Série, aos Debenturistas da Quarta Série, aos Debenturistas da Quinta Série e aos Beneficiários das NPs; (ii) conta corrente vinculada nº 2204231-0, mantida na agência 0001-9 do Banco Depositário, de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada B"), respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Terceira Série; (iii) conta corrente vinculada nº 2204232-8, mantida na agência nº 0001-9 do Banco Depositário, de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada C"); e/ou (iv) conta corrente vinculada nº 2204234-4, mantida na agência nº 00019 do Banco Depositário, de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada E"), respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Segunda Série e aos Debenturistas da Quarta Série ("Amortização Compulsória da Primeira Série").

7.20.2 *Amortização Compulsória das Debêntures da Segunda Série.* A Emissora deverá amortizar compulsoriamente a totalidade das Debêntures da Segunda Série, proporcionalmente ao número de Debêntures da Segunda Série, sempre que houver recursos na (i) Conta Vinculada A, respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Primeira Série, aos Debenturistas da Terceira Série, aos Debenturistas da Quarta Série, aos Debenturistas da Quinta Série e aos Beneficiários das NPs; (ii) conta corrente vinculada nº 2204233-6, mantida na agência nº 0001-9 do Banco Depositário, de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada D"); e/ou (iii) Conta Vinculada E, respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Primeira Série e aos Debenturistas da Quarta Série ("Amortização Compulsória da Segunda Série").

7.20.3 *Amortização Compulsória das Debêntures da Terceira Série.* A Emissora deverá amortizar compulsoriamente a totalidade das Debêntures da Terceira Série, proporcionalmente ao número de Debêntures da Terceira Série, sempre que houver recursos na (i) Conta

2

32

AM

166

Vinculada A (exceto quanto a qualquer recebimento decorrente da porção de 1/3 dos Créditos Concessão BR-153, tendo em vista o recebimento, pelos Debenturistas da Primeira Série e dos Debenturistas da Terceira Série se dará mediante o recebimento dos remanescentes 2/3 dos Créditos Concessão BR-153, os quais serão creditados na Conta Vinculada B), respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Primeira Série, aos Debenturistas da Segunda Série, aos Debenturistas da Quarta Série, aos Debenturistas da Quinta Série e aos Beneficiários das NPs; e/ou (ii) Conta Vinculada B, respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Primeira Série ("Amortização Compulsória da Terceira Série").

7.20.4 *Amortização Compulsória das Debêntures da Quarta Série.* A Emissora deverá amortizar compulsoriamente a totalidade das Debêntures da Quarta Série, proporcionalmente ao número de Debêntures da Quarta Série, sempre que houver recursos na (i) Conta Vinculada A, respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Primeira Série, aos Debenturistas da Segunda Série, aos Debenturistas da Terceira Série, aos Debenturistas da Quinta Série e aos Beneficiários das NPs; e/ou (ii) Conta Vinculada E, respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Primeira Série e aos Debenturistas da Segunda Série ("Amortização Compulsória da Quarta Série").

7.20.5 *Amortização Compulsória das Debêntures da Quinta Série.* A Emissora deverá amortizar compulsoriamente a totalidade das Debêntures da Quinta Série, proporcionalmente ao número de Debêntures da Quinta Série, sempre que houver recursos na Conta Vinculada A, respeitado o compartilhamento e paridade de condições atribuídas e garantidas aos Debenturistas da Primeira Série, aos Debenturistas da Segunda Série, aos Debenturistas da Terceira Série, aos Debenturistas da Quarta Série e aos Beneficiários das NPs ("Amortização Compulsória da Quinta Série" e, em conjunto com a Amortização Compulsória da Primeira Série, a Amortização Compulsória da Segunda Série, a Amortização Compulsória da Terceira Série e a Amortização Compulsória da Quarta Série, "Amortização Compulsória").

7.20.6 Para os fins deste Contrato, "Contas Vinculadas" são, quando referidas em conjunto, a Conta Vinculada A, a Conta Vinculada B, a Conta Vinculada C, a Conta Vinculada D e a Conta Vinculada E.

7.21 *Disposições Aplicáveis à Amortização Compulsória das Debêntures.* Para fins da Amortização Compulsória das Debêntures aplicar-se-ão as seguintes condições:

2

33

AMJ

pbk

- I. sem prejuízo do disposto acima e em decorrência do compartilhamento previsto na Cláusula 7.7 acima, sempre que houver recursos na Conta Vinculada A, na forma descrita acima e nos termos previstos no PRJ, a Emissora fica obrigada a compulsoriamente amortizar as Obrigações Garantidas de forma igualitária e proporcional entre os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série, os Debenturistas da Quarta Série, os Debenturistas da Quinta Série e os Beneficiários das NPs, na forma descrita no Contrato de Cessão Fiduciária;
- II. sempre que o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures de determinada série atingir R\$0,01 (um centavo) e houver recursos depositados nas respectivas Contas Vinculadas em valor suficiente para realizar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série atualizado pela Atualização Monetária, a Emissora estará obrigada a realizar o Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures da referida série, nos termos da Cláusula 7.18 acima;
- III. sempre que houver o Resgate Antecipado das Debêntures de qualquer das séries e sobejar saldo de crédito remanescente nas Contas Vinculadas, referido saldo será repartido entre os Debenturistas das demais séries, proporcionalmente ao número de Debêntures das demais séries ainda remanescentes, e os Beneficiários das NPs. Ainda, na hipótese de Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures e resgate da totalidade das NPs, todos os saldos de créditos remanescentes nas Contas Vinculadas que sobejarem serão disponibilizados em conta corrente de livre movimentação de titularidade da Emissora;
- IV. o Valor de Retenção, corrigido pelo índice IPCA desde a data do depósito do pagamento do preço de alienação da participação da GALPAR na CAB Ambiental, será passível de reembolso aos Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série e Debenturistas da Quarta Série, em até 30 (trinta) anos, desde que e somente se (a) os Créditos detidos pelos Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série e Debenturistas da Quarta Série não tenham sido integralmente pagos através dos mecanismos de pagamento previstos no PRJ; e (b) ocorra o pagamento decorrente de qualquer distribuição de Dividendos para a GALPAR aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da GESA ou das Empresas Subsidiárias (conforme definidas no PRJ) e/ou de eventuais outras sociedades subsidiárias ou controladas que venham a ser constituídas por

2

34

266

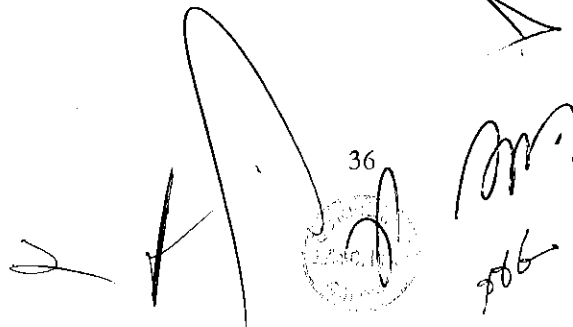
força do PRJ, respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Líquido efetivamente recebido pela GALPAR, até o limite do Valor de Retenção. Nesse caso, o valor reembolsado pela GESA aos Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série e Debenturistas da Quarta Série será abatido do saldo devedor das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Quarta Série, por meio de Amortização Compulsória das Debêntures, através de depósito na Conta Vinculada E. Não obstante, ultrapassado o prazo de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais consecutivos de 10 (dez) anos, a possibilidade de reembolso do Valor de Retenção tornar-se-á inexigível, sem prejuízo da manutenção do Prazo de Vigência das Debêntures;

- V. caso ocorra um Evento de Liquidez, no prazo de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais consecutivos de 10 (dez) anos, a GALPAR destinará 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos líquidos efetivamente recebidos aos Debenturistas e aos Beneficiários das NPs, em todas as hipóteses respeitado o limite do saldo devedor das Debêntures e das Notas Promissórias à época da ocorrência do respectivo Evento de Liquidez. Caso o valor então destinado aos Debenturistas e aos Beneficiários das NPs não seja suficiente para quitação do valor total devido em decorrência da emissão das Debêntures e das Notas Promissórias, referido valor será abatido do saldo devedor das Debêntures e do saldo devedor das Notas Promissórias. Caso ocorra um Evento de Liquidez em data anterior à realização de qualquer reembolso do Valor de Retenção, os Debenturistas da Quarta Série terão prioridade no recebimento dos valores decorrentes de referido Evento de Liquidez, respeitado o limite e a proporção do crédito de cada um dos Debenturistas da Quarta Série. Ultrapassado o prazo de 10 (dez) anos, prorrogáveis por 2 (dois) períodos iguais consecutivos de 10 (dez) anos, a possibilidade de destinação dos recursos descrita acima tornar-se-á inexigível, sem prejuízo da manutenção do Prazo de Vigência das Debêntures;
- VI. todos os recursos depositados nas respectivas Contas Vinculadas serão necessariamente utilizados para Amortização Compulsória das Debêntures, ressalvado o disposto nas Cláusulas 7.8.1 e 7.8.2 acima;
- VII. a Amortização Compulsória das Debêntures deverá ser realizada (i) em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que os respectivos recursos forem efetivamente depositados nas respectivas Contas Vinculadas, sempre que o saldo das Contas Vinculadas for igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um

milhão de reais); e (ii) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a transferência e/ou o pagamento aos respectivos Debenturistas ou Beneficiários das NPs for recusado ou devolvido, caso aplicável, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária;

- VIII. não será devido pela Emissora aos Debenturistas qualquer prêmio em razão da Amortização Compulsória;
- IX. caso as Debêntures objeto da Amortização Compulsória estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a Amortização Compulsória seguirá os procedimentos previstos pela CETIP e, caso as Debêntures objeto da Amortização Compulsória não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a Amortização Compulsória seguirá os procedimentos previstos pelo Escriturador;
- X. o Agente Fiduciário será comunicado acerca da Amortização Compulsória por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data em que ocorrer a Amortização Compulsória;
- XI. a CETIP deverá ser comunicada acerca da Amortização Compulsória por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data em que ocorrer a Amortização Compulsória; e
- XII. os Debenturistas serão comunicados acerca da Amortização Compulsória das Debêntures por meio da página da Emissora na rede mundial de computadores (www.galvao.com.br) com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data em que ocorrer a Amortização Compulsória.
- 7.22 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 7.23 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso

36

A large handwritten signature is written over a circular stamp. To the right of the stamp, there is another handwritten signature and the number '306'.

no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

- 7.24 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que os Debenturistas fizerem jus serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador (“Local de Pagamento”).
- 7.25 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.
- 7.26 *Imunidade dos Debenturistas.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador, no prazo mínimo de 20 (vinte) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 7.26.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 7.26 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas acima, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador ou pela Emissora.
- 7.26.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 7.26 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.
- 7.27 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Oferta Restrita que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” nos

Jornais de Divulgação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.galvao.com) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido "Aviso aos Debenturistas" poderá ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere qualquer dos Jornais de Divulgação da Emissora após a Data de Emissão, a Emissora deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

7.28 *Vencimento Antecipado.* O Debenturista poderá declarar as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão relacionadas às Debêntures antecipadamente vencidas e exigir o pagamento, pela Emissora e/ou das Intervinentes, do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Atualização Monetária devida desde a primeira Data de Integralização ou data de Amortização Compulsória, conforme aplicável, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos (cada um, "Evento de Vencimento Antecipado"), mantidas as garantias constituídas pelo PRJ e pela presente Escritura de Emissão, nas seguintes hipóteses:

- I. caso qualquer tribunal competente ou outra autoridade reguladora ou governamental competente emita uma ordem ou decisão impedindo a consumação, declarando ilegal, inválido, ineficaz ou inexecutável o PRJ das Recuperandas, exceto se o PRJ for substituído por outro PRJ aprovado pelos credores das Recuperandas;
- II. caso a Recuperação Judicial seja convolada em falência pelo Juízo da Recuperação Judicial de acordo com as disposições aplicáveis da Lei de Falências;
- III. caso haja novo pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou liquidação da Emissora;
- IV. caso os recursos depositados para Amortização Compulsória das Debêntures sejam destinados a outras finalidades;
- V. caso os Créditos sejam onerados pela Emissora ou deixem de ser legalmente exigíveis; e

VI. caso seja proferida decisão judicial transitada em julgado, que reconheça a ilegalidade, inexistência, nulidade, invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão.

- 7.28.1 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados na Cláusula 7.28 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 20 (vinte) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas, visando a deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado os procedimentos de convocação previstos na Cláusula 10 abaixo e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.28.2 abaixo.
- 7.28.2 O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 7.28.1 acima.
- 7.28.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.
- 7.28.4 Se, na Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.
- 7.28.5 Adicionalmente ao disposto na Cláusula 7.28.4 acima, na hipótese de (i) não instalação das Assembleias Gerais de Debenturistas por falta de quórum em primeira e segunda convocações; ou (ii) não ser determinado por Debenturistas de detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.
- 7.28.6 Na ocorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar integralmente as Debêntures, com o seu consequente cancelamento, e a efetuar o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado pela Atualização Monetária, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou data de Amortização Compulsória, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até

10 (dez) Dias Úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

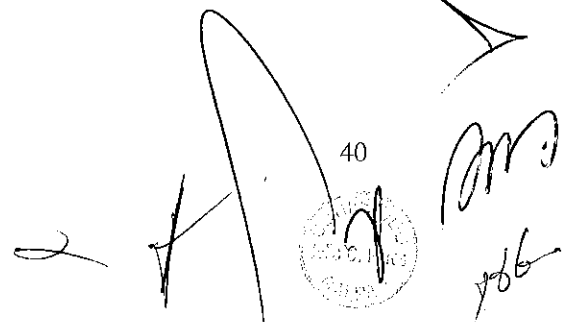
7.28.7 Especificamente na ocorrência da hipótese de vencimento antecipado em decorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto no inciso II da Cláusula 7.28 acima, os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Terceira Série, respeitada a proporção dos seus créditos, poderão exigir o pagamento das suas obrigações conforme previsto na Cláusula 3.5.2 do PRJ, devendo esta regra subsistir nos termos do artigo 131 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 A Emissora se obriga a:

- I. cumprir com as disposições do artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e

40

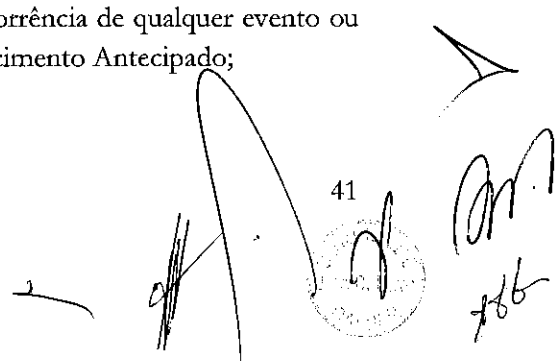


Handwritten signature and stamp. The stamp is circular with the text '40' and 'CVM' visible. There are also handwritten initials 'AM' and 'p86' to the right.

(g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

- II. apresentar, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (ii) declaração assinada pelos diretores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário;
- III. apresentar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, cópia de qualquer correspondência, notificação judicial ou extrajudicial relativa às Debêntures, à presente Escritura de Emissão e/ou aos Créditos dos Debenturistas;
- IV. apresentar ao Agente Fiduciário, em até 20 (vinte) dias contados de sua solicitação, caso requerido pelos Debenturistas ao Agente Fiduciário, relatório atualizado contendo os principais andamentos das ações judiciais e/ou procedimentos arbitrais relacionados aos Créditos, elaborado pelos patronos de referidas ações judiciais e/ou procedimentos arbitrais;
- V. apresentar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- VI. notificar o Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua ocorrência, sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- VII. apresentar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar um Evento de Vencimento Antecipado;

41



- VIII. apresentar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todos os esclarecimentos adicionais solicitados pelo Agente Fiduciário que se façam necessários para o exercício de sua função;
- IX. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- X. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- XI. convocar as Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Oferta Restrita, nos termos desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- XII. cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis, instruções e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XIV. cumprir todas as leis, todas as regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos, exceto na medida em que qualquer descumprimento não possa causar um efeito adverso relevante;
- XV. cumprir com todas as normas de ordem socioambiental aplicáveis;
- XVI. a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não violar qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável;

2

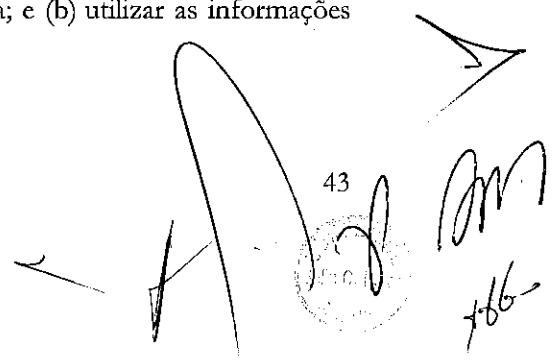
42

PM

166

- XVII. notificar, em até 10 (dez) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e a CETIP sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- XVIII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XIX. apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM nos prazos estabelecidos por essas entidades;
- XX. não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- XXI. manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente de Liquidação, o Escriturador, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário e sistemas de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;
- XXII. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48, inciso I da Instrução nº CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- XXIII. abster-se, até o envio de comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações

43

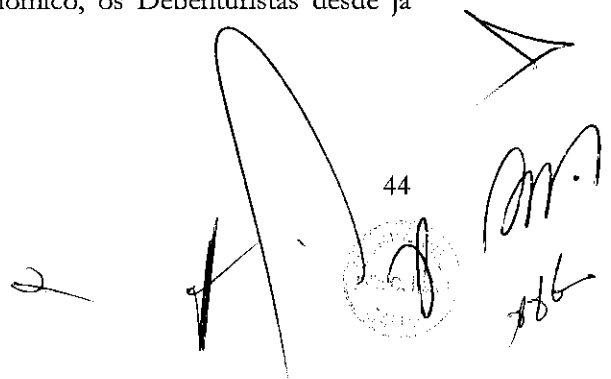


Handwritten signature and stamp. The stamp is circular and contains the number 43. There are also handwritten initials 'AM' and '766' to the right of the stamp.

referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação e elaboração dos documentos relacionados à Oferta Restrita;

- XXIV. prestar, no âmbito da Oferta Restrita, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas;
 - XXV. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
 - XXVI. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
 - XXVII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
 - XXVIII. enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso XVI da Cláusula 9.4 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto no inciso XVII da Cláusula 9.4 abaixo; e
 - XXIX. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.galvao.com) comunicado aos Debenturistas acerca da realização de Amortização Compulsória ou Resgate Antecipado das Debêntures.
- 8.2 Não obstante quaisquer das disposições previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação as disposições da Cláusula 8.1 acima, as Partes reconhecem e concordam que os termos do PRJ prevalecerão frente a qualquer ato ou fato superveniente vinculado ou relacionado às Debentures objeto da Oferta Restrita e, nesse sentido, até o integral pagamento das Debêntures, havendo necessidade de os Debenturistas votarem pela aprovação ou não de qualquer ato da Emissora, das Recuperandas ou de empresas de seu grupo econômico, os Debenturistas desde já

44

A large handwritten signature is written over a circular stamp. To the right of the signature, there is another handwritten signature and the number '44'.

reconhecem, concordam e obrigam-se a votar de maneira consistente com os termos do PRJ.

- 8.3 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.
- 8.4 As obrigações previstas nos incisos III, IV, V, IX, X, XIII, XIV, XV, XVI, XX, XXII, XXIII, XXIV e XXVII da Cláusula 8.3 acima se aplicam também às Intervenientes.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 9.1 *Nomeação.* A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Oferta Restrita a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 *Declarações.* O Agente Fiduciário, que representa a comunhão dos Debenturistas, neste ato assim nomeado, declara, sob as penas da lei:
- I. não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
 - IV. ser uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
 - V. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

- VI. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- VII. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- VIII. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- X. que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- XI. que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XII. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- XIII. que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- XIV. que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XV. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia

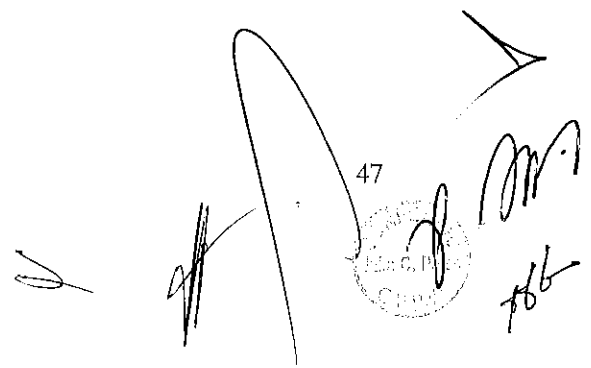
fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da CAB Ambiental ("1ª Emissão da CAB Ambiental"), com vencimento em 28 de junho de 2020, por meio da qual foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foram verificados eventos de amortizações, resgate, repactuação, inadimplemento e conversão. As debêntures da 1ª Emissão da CAB Ambiental são garantidas por garantia fidejussória prestada pela GALPAR;

XVI. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário;

XVII. que na data de assinatura desta Escritura de Emissão, continua exercendo atividades inerentes à sua função, nas emissões abaixo relacionadas, uma vez que existem créditos inadimplidos por parte da emissora:

- (a) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da GESA;
- (b) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da GESA;
- (c) terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da GALPAR; e
- (d) quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da GALPAR.

47

The bottom right of the page features several handwritten signatures in black ink. A circular stamp is visible, containing the text "CAB AMBIENTAL" and "CIPRA". The number "47" is handwritten above the stamp. There are also some other handwritten marks and initials scattered around the stamp area.

- 9.3 *Substituição.* Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, observado os prazos para convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas previstos na Cláusula 10 abaixo, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.6 abaixo.
- 9.3.1 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.3.2 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 9.3.3 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP e nos competentes Cartórios de RTD na forma prevista nesta Escritura de Emissão.
- 9.3.4 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição na forma da Cláusula 9.3.1 acima, devendo permanecer no exercício de suas funções até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 9.3.5 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como Agente Fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o Agente

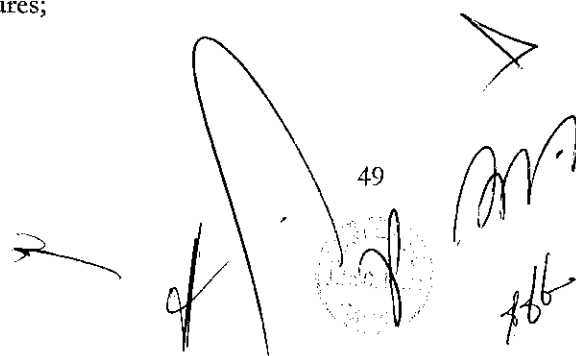
Fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pelas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.3.6 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4 *Deveres.* Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

49

Handwritten signature and stamp. The stamp is circular with the number 49 in the center. There are several handwritten marks around it, including a large 'A' shape and some initials.

- IX. verificar a regularidade da constituição das garantias fiduciárias sob o Contrato de Cessão Fiduciária, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- X. examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, conforme aplicável, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- XI. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, exceto se de outra forma previsto no PRJ ou nesta Escritura de Emissão;
- XII. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- XIV. convocar, quando necessário, as Assembleias Gerais de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Divulgação da Emissora;
- XV. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

2

50

Handwritten signatures and a circular stamp are present at the bottom right of the page.

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, conversão repactuação e pagamento da Atualização Monetária das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias fiduciárias constituídas sob o Contrato de Cessão Fiduciária;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVII. disponibilizar o relatório de que trata o inciso XVI desta Cláusula 9.4 aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório; (c) na CVM; (d) na sede do Coordenador Líder; e (e) na CETIP;

2

51

Am-1

766

- XVIII. publicar, nos Jornais de Divulgação da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso XVI acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;
- XIX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente de Liquidação e Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso XIX, a Emissora desde já expressamente autoriza, e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizarão o Agente de Liquidação, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- XXI. notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à (i) CVM; e (ii) CETIP;
- XXII. disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou do seu sítio eletrônico o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora;
- XXIII. com o objetivo de proteger os interesse dos Debenturistas, sempre que julgar necessário, ou mediante solicitação da Emissora, da GESA e/ou da GALPAR, ou, ainda, mediante solicitação dos Debenturistas ou dos Beneficiários das NPs que detenham, em conjunto, no mínimo 5% (cinco por cento) de qualquer dos Créditos Newco, dos Créditos GALPAR ou dos Créditos GESA, conforme o caso, convocar Assembleias Gerais de Debenturistas seguidas de Conselho de Credores, não permanente, para deliberar sobre matérias de interesse relacionadas às Cláusulas 3.11 e 9.8 do PRJ, bem como aos Créditos Newco, aos Créditos GALPAR e aos Créditos GESA, incluindo, sem limitação, (a) as medidas as serem adotadas em relação às ações judiciais ou procedimentos arbitrais, e (b) as medidas a

serem adotadas em face dos devedores de referidos Créditos Newco, Créditos GALPAR e Créditos GESA, podendo inclusive transigir, por conta e ordem dos Debenturistas. O Conselho de Credores, não permanente, será composto por 5 (cinco) membros, sendo cada 1 (um) eleito por cada uma das séries de Debêntures, sem que haja um mesmo representante para mais de uma série. Os representantes de cada uma das séries das Debêntures serão eleitos em Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das séries, pela maioria de créditos, na forma da Cláusula 10 abaixo e do artigo 124 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. Os representantes de cada série terão poder de veto no Conselho de Credores previsto nesta Cláusula sempre que a matéria em deliberação for diretamente relacionada aos recebíveis anteriormente cedidos fiduciariamente aos Debenturistas da respectiva série (os quais foram utilizados para subscrição das Debêntures); e

XXIV. acompanhar junto à Emissora e ao Agente de Liquidação e Escriturador, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

9.5 *Atribuições Específicas.* O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, para tanto:

- I. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- II. requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável; e
- III. representar os Debenturistas em processo de falência da Emissora.

9.5.1 Sem prejuízo do disposto acima, caberá ao Agente Fiduciário, antes de tomar quaisquer das medidas acima, deliberar em Assembleias Gerais de Debenturistas a respeito.

9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I e II da Cláusula 9.5 acima se, convocada as Assembleias Gerais de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação

2

53

766

da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto no inciso III da Cláusula 9.5 acima.

- 9.6 *Remuneração do Agente Fiduciário.* Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até a liquidação das Debêntures ("Remuneração do AF"). A Remuneração do AF será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso a Pentágono ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração esta que será calculada *pro rata die*.
- 9.6.1 A Remuneração do AF será atualizada, anualmente, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ou, na sua ausência ou na impossibilidade de sua aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo.
- 9.6.2 Os valores das parcelas da Remuneração do AF serão acrescidos dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do AF, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.7 *Atraso no Pagamento.* Em caso de mora no pagamento da Remuneração do AF, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo o valor em atraso sujeito a atualização monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.8 *Despesas.* A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em até 20 (vinte) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega de cópia dos comprovantes de pagamento.

9.8.1 A Remuneração do AF não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidos diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação dos valores, sempre que possível, quais sejam: publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos debenturistas.

9.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, mediante comprovação do seu pagamento. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, inclusive honorários, decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a Remuneração do AF na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.8.3 O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas mencionadas nas Cláusulas 9.8.1 e 9.8.2 acima, reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

10. ASSEMBLEIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS

10.1 *Convocação.* Os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série, os Debenturistas da Quarta Série e os Debenturistas da Quinta Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas da respectiva série (respectivamente "Assembleia Geral de Debenturistas

da Primeira Série”, “Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série”, “Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série”, “Assembleia Geral de Debenturistas da Quarta Série” e “Assembleia Geral de Debenturistas da Quinta Série” e, todas em conjunto, “Assembleias Gerais de Debenturistas”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série. Os Debenturistas poderão, ainda, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas a fim de deliberarem sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas.

- 10.1.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação das respectivas séries, para Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas das respectivas séries; ou (iv) pela CVM. Para Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 10.1.2 A convocação de cada uma das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Divulgação da Emissora, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. Ficam dispensadas as formalidades de convocação quando houver presença da totalidade dos Debenturistas de cada uma das séries às respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 10.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da respectiva convocação, não se realizando a referida assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
- 10.2 *Quórum de Instalação.* As Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das séries previstas na Cláusula 7.10 acima se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas de cada uma das séries que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação das respectivas séries e, em segunda convocação, com qualquer quórum. Para Assembleias Gerais de Debenturistas das quais deverão participar os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série, os Debenturistas da Quarta Série e

os Debenturistas da Quinta Série, nos termos desta Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

- 10.3 *Mesa Diretora.* A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 10.4 *Quórum de Deliberação.* Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto se estiver previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão e nas hipóteses de alteração: (i) de prazos, (ii) quóruns qualificados, (iii) valor; (iv) forma de Atualização Monetária, (v) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão e devidos aos Debenturistas, (vi) Amortização Compulsória ou Resgate Antecipado das Debêntures, (vii) das disposições da Cláusula 7.28 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário que impliquem em alteração da Cláusula 7.28 acima, e (viii) alterações desta Cláusula 10.4, as quais dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 10.4.1 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 10.4.2 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos respectivos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.4.3 Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora, da GESA e da GALPAR nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora, da GESA e da GALPAR será facultativa.
- 10.4.4 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

2

57

AMJ

106

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- I. é uma companhia fechada devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui previstas e àquelas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária não infringem o quanto disposto no PRJ;
- IV. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- V. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, a obrigação de destinar recursos obtidos com a presente Emissão, na forma da Cláusula 5.1 acima;
- VI. inexistente violação ou indício de violação das normas de ordem socioambiental aplicáveis;
- VII. observa normas de ordem socioambiental aplicáveis à suas atividades e projetos, possuindo, inclusive, todas as licenças ambientais exigidas e observando a regulamentação trabalhista e social no que tange à saúde e segurança ocupacional e à não utilização de mão de obra infantil ou análoga à escravidão;

2

58

786

- VIII. inexistência de violação ou indício de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável;
- IX. as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- X. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora e das Intervenientes, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil");
- XI. o laudo de cisão da GESA para constituição da Emissora apresenta de maneira adequada a situação financeira da Emissora, na data a que se refere, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e demais leis e regulamentos aplicáveis;
- XII. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP e o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de RTD;
- XIII. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- XIV. nenhum consentimento, autorização ou aprovação é exigido para a constituição, pela Emissora, pela GESA ou pela GALPAR, da garantia de cessão fiduciária dos Créditos Newco, dos Créditos GESA e dos Créditos GALPAR, respectivamente;

2

59

786

- XV. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes; e
- XVI. as NPs a serem emitidas pela Emissora no âmbito do PRJ não contrariam qualquer disposição prevista no PRJ, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária.
- 11.2 As declarações e garantias previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XII, XIII, XIV e XV da Cláusula 11.1 acima se aplicam também às Intervenientes.
- 11.3 A Emissora e as Intervenientes, conforme o caso, se comprometem a notificar, em até 7 (sete) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.
12. COMUNICAÇÕES
- 12.1 Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os documentos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 5 (cinco) dias contados do envio da respectiva comunicação, para o caso de notificações, ou em até 5 (cinco) dias contados da solicitação, para demais documentos. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado:

2

60

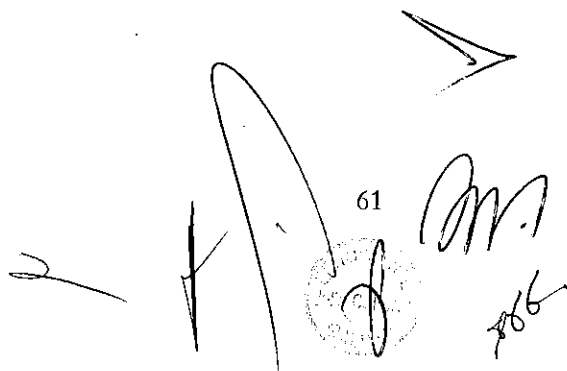
AM

966

- I. para a Emissora:
CEOS ADMINISTRADORA DE BENS S.A.
Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjunto 192, sala 34, Vila Olímpia
CEP 04.547-005, São Paulo – SP
At.: Edison Martins
Tel.: (11) 2199-0219
E-mail: edison@galvao.com
- II. para o Agente Fiduciário:
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304
CEP 22.640-102, Rio de Janeiro – RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br
- III. para as Intervenientes:
GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjunto 192, sala 23, Vila Olímpia
CEP 04.547-005, São Paulo – SP
At.: Felipe Soares Verdi
Tel.: (11) 2199-0239
E-mail: fverdi@galvao.com
- GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjuntos 21 e 22, Vila Olímpia
CEP 04.547-005, São Paulo – SP
At.: Antonio José Affonso
Tel.: (11) 3728-1075
E-mail: aaffonso@galvao.com

2

61

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the number 61. There are several handwritten marks, including a large 'A' and some initials.

13. DESPESAS

- 13.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e da Oferta Restrita, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador, da CETIP e dos demais prestadores de serviços, respeitadas as disposições das Cláusulas 7.8.6 e 7.8.7 acima.

14. RENÚNCIA

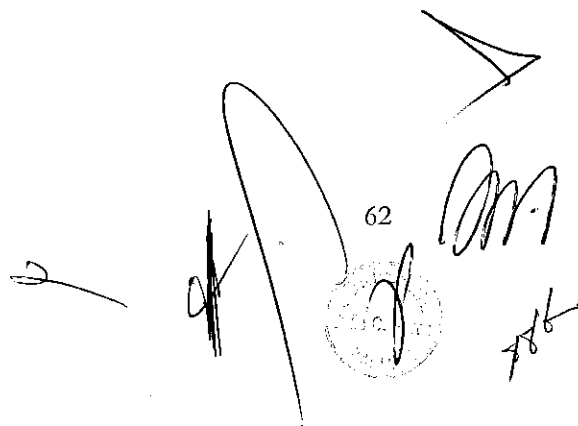
- 14.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

15. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 15.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 806 e 815 do Código de Processo Civil.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.
- 16.2 As Partes reconhecem e concordam que, em caso de dúvida ou conflito, na existência de qualquer disposição prevista nesta Escritura de Emissão restar conflitante com qualquer disposição do PRJ, prevalecerá a definição ou disposição estabelecida no PRJ.



Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the number 62 and some illegible text. There are several handwritten marks, including a large 'M' and a signature that appears to be 'AM'.

- 16.3 As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Oferta Restrita poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e tão somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
- 16.4 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 16.5 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 16.6 As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 16.7 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão, exceto se de outro modo previsto nesta Escritura de Emissão, serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.
- 16.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato relacionado à Oferta Restrita que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente

2

63

AM

7/6

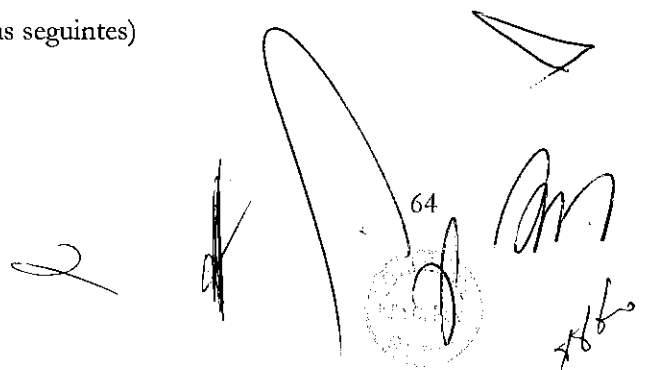
Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 16.9 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será responsável, sob qualquer hipótese, pela elaboração de documentos societários da Emissora.
- 16.10 Os atos ou manifestações emitidas pelo Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles atos e/ou manifestações relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas.
- 16.11 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.
17. LEI APLICÁVEL; FORO
- 17.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.
- 17.2 Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2016.

(assinaturas nas 5 (cinco) páginas seguintes)

The image shows several handwritten signatures in black ink. A large, stylized signature is prominent in the center. To its right is another signature that appears to be 'AM'. Below these, there is a circular stamp containing the number '64'. To the left of the stamp is a small, handwritten number '2'. The signatures are written over a white background.

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 (cinco) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CEOS Administradora de Bens S.A." – Página 1/5)

CEOS ADMINISTRADORA DE BENS S.A.

Nome: **Eduardo de Queiroz Galvão**
Cargo: **RG: 833124 SSP/CE**
CPF: 309.969.453-34

Nome: **Edison Martins**
Cargo: **RG: 9.732.139 SSP/SP**
CPF: 887.807.088-20

2

1

Am-1

706

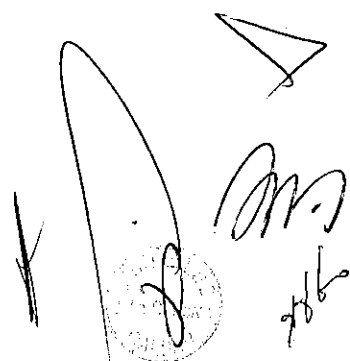
(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 (cinco) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CEOS Administradora de Bens S.A." – Página 2/5)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:


Paulo Luiz Ferreira
Procurador



(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 (cinco) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CEOS Administradora de Bens S.A." – Página 3/5)

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome: **Eduardo de Queiroz Galvão**
Cargo: **RG: 833124 SSP/CE**
CPF: 309.969.453-34

Nome: **Edison Martins**
Cargo: **RG: 9.732.139 SSP/SP**
CPF: 887.807.088-20

2

7

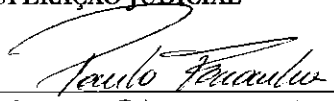
PM-1

766

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 (cinco) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CEOS Administradora de Bens S.A." – Página 4/5)

GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

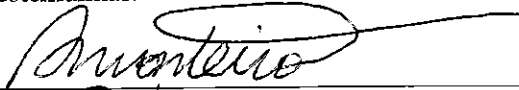

Nome: **Antônio José Affonso**
Cargo: **Diretor Corporativo**
Galvão Engenharia S/A

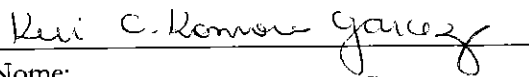

Nome: **PAULO EUGENIO CHAVES FAÇANHA**
Cargo: **DIRETOR DE PROJ. ESTRUTURADOS**

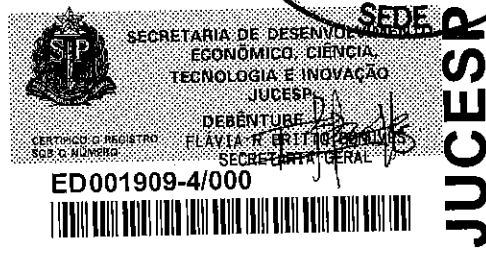


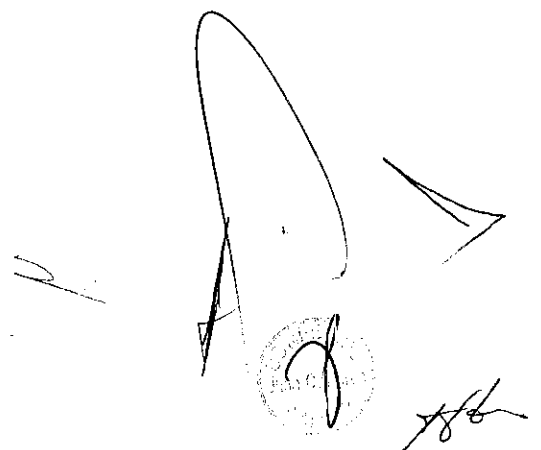
(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 (cinco) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CEOS Administradora de Bens S.A." – Página 5/5)

Testemunhas:


Nome: Rodrigo F. Monteiro
RG: 53663304-6 SSP/SP
CPF: 918.760.364-00


Nome: Keli Cristina Komore Garcez
RG: 26.421.251-4 SSP/SP
CPF: 149.932.278-09





Handwritten signature and a circular stamp with a signature inside, located at the bottom right of the page.